



PARADIGMA ANCESTRAL: UMA NECESSIDADE URGENTE PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA BASE CIVILIZATÓRIA ATRAVÉS DAS EPISTEMOLOGIAS DE TERREIRO

Francisco Wellington Leite Da Costa Moura¹

Linconly Jesus Alencar Pereira²

RESUMO

A presente pesquisa procura discutir sobre a urgência de pensarmos um novo paradigma na ciência, apontando as consequências do modelo vigente para sociedade. Tratamos então de uma encruzilhada de possibilidades, onde esses caminhos podem nos levar a compreensões ainda não imaginadas e não exploradas com a devida profundidade, pois não estamos partindo de uma postura vertical impositiva, mas de bases filosóficas dinamizadoras de civilizações africanas que foram guardados nos espaços dos terreiros e que apontamos como pilares para essa investigação, nos evidenciando reflexões para sustentar um novo paradigma civilizacional, que denominaremos de paradigma afro ancestral. Essa proposta de investigação tem como objetivo-circular, refletir e apontar o paradigma ancestral, estabelecendo a partir das cosmopercepções africanas e afro-brasileiras, os princípios filosóficos dinamizadores que nos darão base para a implementação da lei 10.639/03 através das epistemologias de terreiros. Buscando investigar reflexões iniciais acerca da construção do paradigma ancestral, especificamente nos espaços dos terreiros na região metropolitana da Grande Fortaleza, evidenciando-os enquanto territórios epistêmicos contra-hegemônicos. Desenvolver uma pesquisa qualitativa que será subsidiada com o referencial teórico-metodológico com o intuito de estruturar a partir do processo de biointeração ancestral uma base histórica, filosófica, educacional, cultural, social e econômica, apontando caminhos possíveis na compreensão do paradigma ancestral, encruzilhando os terreiros e o ambiente escolar.

Palavras-chave: Paradigma Afro Ancestral; Epistemologia de terreiro; Lei 10639/2003.

UNILAB, IH, Discente, wellingtoncosta@aluno.unilab.edu.br¹

UNILAB, IH, Docente, llinconly@unilab.edu.br²



INTRODUÇÃO

O paradigma atual, que surge no século XVII a partir do cientificismo Newtoniano-Cartesiano, alicerçado ao sistema capitalista, enxerga o mundo e suas relações de maneira binária, racional, simplista, mecanizada, racializada e absoluta. Em consequência desse modo de visualizar o mundo de forma hegemônica, acaba por deslegitimar outras dimensões epistemológicas de perceber e sentir o mesmo. Além do mais, condiciona a natureza apenas como um produto a ser explorado, de modo predatório.

Tratamos então de uma encruzilhada de possibilidades, onde esses caminhos podem nos levar a compreensões ainda não imaginadas e não exploradas com a devida profundidade, pois não estamos partindo de uma postura vertical impositiva, mas de bases filosóficas dinamizadoras de civilizações africanas que foram guardados nos espaços dos terreiros e que apontamos como pilares para essa investigação, nos evidenciando reflexões para sustentar um novo paradigma civilizacional, que denominaremos de paradigma afro ancestral.

Lançar essa proposta de investigação, nos faz partir de um panorama das próprias vivências enquanto Abiã (cargo inicial, filho de santo) e Babalorixá (sacerdote religioso no Ilê Axé Oba Oladeji - Casa do Rei que veio para multiplicar a riqueza), e da prática docente que desenvolvo, pesquisas e reflexões a partir da componente curricular Ensino de Ginga, Capoeira, Corporeidade e Mandinga, ministrada no curso de Pedagogia da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira - UNILAB em Redenção/Ceará.

Diante dessa dupla pertença, religiosa e acadêmica, consideramos prudente pedirmos licença e permissão aos ancestrais que nos possibilitaram ocupar esses lugares e a Exu, senhor dono dos caminhos, encruzilhadas, das brincadeiras, e mensageiro que transita entre o espaço sagrado onde habitam os invisíveis. Trata-se do plano espiritual ou Orun, que está diretamente ligado ao plano material ou Aiyê. Nessa encruzilhada, visualizamos um espaço de novas possibilidades, contradizendo a lógica ocidental, que associa a encruzilhada a um espaço de finitude. O terreiro é um território que nos possibilita reflexões não hegemônicas, tendo em vista a diversidade de referenciais que os subsidiaram em sua constituição, rompendo com o binarismo judaico-cristão, as bases científicas empiristas ou o próprio paradigma newtoniano-cartesiano. A atual conjuntura que vivenciamos no planeta Terra, nos impulsiona a refletir sobre a necessidade urgente da raça humana repensar suas formas de conviver com as outras espécies e ressignificar o trato com a natureza. Esse panorama de uma modernidade inacabada e ao mesmo tempo inalcançável, sempre associada às figuras e valores tecnologicamente desenvolvidos, das relações líquidas e da cultura fast food, apontam para um abismo iminente.

As condições de exploração do meio ambiente, como pressuposto para o desenvolvimento científico e econômico, tornaram-se base para a ascensão do capitalismo, fazendo com que o caminho principal até agora seja a superexploração dos recursos naturais e humanos, extinção de muitas espécies da fauna e flora, aumento das desigualdades sócio-raciais e aceleração do colapso planetário.

Todos os povos que existem na terra possuem cultura, sejam sólidas ou espessas. Com elas há danças, cantos, ciências, cores, posturas, hierarquias, políticas, problemas, cosmopercepções, filosofias, educação etc. Elas estão em um contínuo processo de diálogos e conflitos entre si, reinventando cotidianamente a experiência humana. Esse conjunto de atributos e fruições cognitivas refletem o lugar do ser humano na natureza, nossas limitações e alcances possibilitados pela investigação do conhecimento.

No Brasil, onde a formação social do país se deu por uma junção, muitas vezes forçada e violenta, de três principais grupos raciais: os povos originários, os europeus (invasores coloniais) e os africanos (mão de obra escravizada), a evidência civilizatória e epistêmica pregada no meio social, com ênfase na educação escolar,



define o grupo racial branco europeu como o centro de toda civilização, ciência, religião, política e economia, logo, o proprietário da epistemologia.

METODOLOGIA

O referencial teórico-metodológico que nos deu base para a construção dessa investigação é a própria ideia de Paradigma Ancestral, estruturada por Pereira (2021). A escolha dessa fundamentação teórica foi estabelecida devido ao diálogo que faz diretamente com as cosmo percepções presentes nas religiões de matrizes africanas e afro-brasileiras e a proposta educacional antirracista. Realizamos um percurso, compreendido que para estruturarmos essa arquitetura metodológica foi preciso ousar, tendo em vista que tratamos diretamente com valores civilizatórios que partem dos referenciais africanos e afro-brasileiros.

Nesse cenário, trabalhamos com os seres vivos e não vivos, refletindo, experienciando e transformando, impressões e sentidos em compreensões vivenciadas por todo o corpo, não presos em uma racionalidade cartesiana. Esse diálogo é estruturado pela relação direta com o

cantar-dançar-batucar, nos possibilitando traduzir através do corpo as mitologias dos Orixás, diretamente associados a natureza. Esse complexo, nos proporcionou lançar um olhar contra hegemônico para a biointeração ancestral presente nos terreiros.

A pesquisa em um primeiro momento se restringe a uma investigação bibliográfica, na qual organizamos todos os arcabouços teóricos e epistemológicos, como roteiros e propostas de análises de dados, capazes de nos ajudar a traçar caminhos, posteriormente, no campo. Essa desconstrução epistêmica será necessária e extremamente pertinente, tendo em vista o diálogo e a quebra do engessamento da colonialidade, marca ainda tão profunda no ocidente.

Nossa perspectiva de atuação é a de potencializar de forma revolucionária a produção de novas epistemologias a partir do contexto dos terreiros, desconstruindo a colonização eurocêntrica ainda tão evidente no currículo escolar, tendo em vista, a necessidade de nos prepararmos para outro cenário de vida no mundo pós-pandemia.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da consulta, análise e diálogo entre a obra Exú nas escolas, de Pereira (2021), ideias para adiar o fim do mundo, de Ailton Krenak (2020), estrutura das revoluções científica, de Kuhn (1809), O ponto de mutação, de Kapra (1982), Colonização, Quimlombos modos e significados, de Antônio Bispo (2015), memórias da plantação, de Grada Kilomba (2019), colonialidade do poder, de Quijano (2005) entre outras, conseguimos estruturar um roteiro.

Dessa forma, colocamos em questão a seguinte indagação: Como construir uma nova base epistemológica para apontarmos a sustentação do paradigma ancestral? Conseguiremos repensar um novo paradigma civilizacional que tem como categoria fundamental a ancestralidade? Por que as epistemologias de terreiro são barradas na educação escolar? Como desenvolver práticas pedagógicas contra coloniais para a compreensão de uma base epistemológica de terreiro, fundamentada em pensamentos circulares e que possibilite a implementação da lei 10.639/2003.

Todos esses questionamentos nos dão base para apontarmos como hipótese estruturadora dessa investigação, a ideia de que: as epistemologias de terreiro têm seus pilares nos princípios filosóficos dinamizadores africanos e afro-brasileiros, nos possibilitando apontar um novo paradigma civilizacional, o paradigma ancestral como uma necessidade urgente para a raça humana.



CONCLUSÕES

Mesmo que a pesquisa não tenha sido concluída, pois precisamos cruzar essa abordagem teórica a qual traçamos, juntamente com as dinâmicas vivenciadas pelas pessoas que estão inseridas nos espaços dos terreiros, algumas das indagações citadas anteriormente tivemos uma resposta, pois entendemos que os povos de terreiro, são detentores de cosmopercepções civilizacionais, o que nos faz trazer para o cerne dessa questão, as potentes compreensões de vida cotidiana, diretamente ligadas à ancestralidade, afinal, falamos de práticas que sustentam a adaptação de tecnologias sociais para o melhor conviver com o meio ambiente, ações educativas permanentes que não necessitam (re)ligar-se ao sagrado, pois os saberes espirituais, não estão dissociados dos culturais, nem dos econômicos, muito menos dos sociais. Esse universo de possibilidades por muito nos foi negado, pelo academicismo eurocêntrico que fundamentou o racismo estrutural tão enraizado na estrutura da sociedade brasileira e que para os povos de terreiro bate todos os dias nos nossos portões, fragmentado como racismo religioso.

Contudo, há um continuum civilizatório africano, que aqui especificamos no espaço dos terreiros, como um eixo científico-cultural na experiência social afro-brasileira. Esses princípios baseiam a estrutura das epistemologias de terreiro que nos darão base mais à frente a compreender e aprofundar as reflexões sobre o paradigma ancestral.

AGRADECIMENTOS

Exú, meus e minhas ancestrais;

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB);

Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPPG);

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica(PIBIC/CNPq/UNILAB);

Prof. Dr. e Babalorixá Linconly Jesus Alencar Pereira;

Família e amigos.

REFERÊNCIAS

PERREIRA, Linconly Jesus Alencar. Exu nas Escolas: Uma proposta educacional antirracista. 1.ed. Contagem, MG/Brasil: Editora Escola Cidadã, 2021.

PETIT, S. H. Pretagogia: pertencimento, corpo-dança afroancestral e tradição oral africana na formação de professoras e professores. Contribuições do legado africano para a implementação da Lei nº 10.639/03. Fortaleza: UECE, 2015. RAMOSE, M. B. "Sobre a Legitimidade e o Estudo da Filosofia Africana". In: Ensaios Filosóficos, v. IV, p.09-25, 2011. Disponível em http://www.ensaiofilosoficos.com.br/Artigos/Artigo4/RAMOSE_MB.pdf Acesso em 08/10/2018.

LEITE, Fábio. Os Valores Civilizatórios em Sociedades Negro-africanas. África: Revista do Centro de Estudos Africanos. USP, S. Paulo, 18-19 (1).103- 118, 1995/1996. LIGIÉRO, Z. "O CONCEITO DE MOTRIZES CULTURAIS APLICADO ÀS PRATICAS PERFORMATIVAS AFRO-BRASILEIRAS". In: REVISTA PÓS CIÊNCIAS SOCIAIS, v.8, n.16, p. 129-144, jul./dez, 2011. Disponível em <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/695/433> Acesso em 08/10/2018.



IX SEMANA
UNIVERSITÁRIA



MACHADO, Vanda. Irê Ayó: uma epistemologia afro-brasileira. Salvador : EDUFBA, 2019. - 153 p. ; il.

NOGUERA, Renato. Ensino de Filosofia e Lei 10639. Rio de Janeiro: Pallas/Fundação Biblioteca Nacional, 2014.

RAMOSE, M. Sobre a legitimidade e o estudo da Filosofia Africana. Ensaios Filosóficos, Rio de Janeiro, v. IV, out. 2011.

SANTOS, Antônio Bispo. Colonização, Quilombos, modos e significados. Brasília: 2015.